

MATRIZ DISCIPLINAR DE JÖRN RÜSEN:
Uma reflexão sobre os princípios do conhecimento histórico¹

DISCIPLINARY MATRIX OF JÖRN RÜSEN:
A consideration about the principles of historical knowledge;



ROGÉRIO CHAVES DA SILVA
Prof. Ms. IFTO (Campus Paraíso do Tocantins)
Paraíso do, Tocantins - Brasil
rcmcbr@gmail.com

Resumo: Neste artigo, analiso a concepção de ciência da história de Jörn Rüsen a partir de seu conceito de matriz disciplinar. Através desse conceito, procuro refletir sobre as complexas relações entre conhecimento histórico e vida prática, e entre pesquisa e escrita da história.

Palavras-chave: Ciência da história. Matriz disciplinar. Jörn Rüsen.

Abstract: In this paper, I analyze the Jörn Rüsen's conception professional historiography from its concept of disciplinary matrix. Through this concept, I reflect on the complex relation between historical knowledge and practical life, and between research and writing of history.

Keywords: Science of history. Disciplinary matrix. Jörn Rüsen.

¹ Artigo submetido à avaliação em 28/02/2011 e aprovado para publicação em 20/04/2011

Os trabalhos do historiador alemão Jörn Rüsen, nos últimos anos, têm alcançado grande repercussão no proscênio historiográfico brasileiro, principalmente devido a seus esforços em analisar, no âmbito da ciência da história, as complexas relações entre conhecimento histórico e vida humana prática, e entre pesquisa e escrita da história. Intentando atualizar a tradição intelectual da *Historik* e desenvolvendo profundos estudos sobre os trabalhos teóricos de Droysen, Jörn Rüsen, por intermédio do construto teórico denominado de “matriz disciplinar”, apresenta um sistema de teoria da história, cuja amplitude reside na análise dos complexos problemas que envolvem a prática profissional dos historiadores. As condições intrínsecas à vida humana são articuladas a procedimentos típicos da ciência especializada a partir da constituição de cinco fatores: “carências de orientação, perspectivas orientadoras da experiência do passado, métodos de pesquisa empírica, formas de apresentação e funções de orientação” (RÜSEN, 2001, p. 35). Para ele, é o espaço de tensão entre esses princípios o que caracteriza a matriz disciplinar: “conjunto sistemático de fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada” (RÜSEN, 2001, p. 29).

Essa arquitetura teórica de Rüsen é resultado de mais de trinta anos de esforços investigativos e que, basicamente, estão esboçados na tríade *Esboço de uma teoria da história* (*Grundzüge einer Historik*), composta pelas obras: *Razão Histórica* (*Historische Vernunft*), 1983, completada depois com *Reconstrução do Passado* (*Rekonstruktion der Vergangenheit*), 1986, e com *História Viva* (*Lebendige Geschichte*)².

A atualidade da proposta de Rüsen reside também numa postura em que os pressupostos narrativistas não são demonizados e sim, em certa medida, incorporados à teoria da história. Não compactuando com o pressuposto de reduzir o discurso histórico a aspectos literários, Rüsen reabilita a ideia de narratividade conectada a procedimentos metódicos da pesquisa³. No conjunto das operações constituintes da matriz disciplinar, as formas de apresentação, ou seja, o modo como o conhecimento é apresentado linguisticamente, desempenham um papel tão relevante quanto o dos métodos de pesquisa, pois fazem parte do trabalho cotidiano do historiador e não devem ser tratadas como externas à prática da ciência.

² Em *Razão Histórica*, a matriz disciplinar é tratada de forma a desenvolver a relação entre conhecimento histórico e as carências de orientação. Em *Reconstrução do Passado*, Rüsen trabalha as perspectivas de interpretação e métodos de pesquisa. E finalmente, em *História Viva*, dedica-se às formas de apresentação e às funções de orientação do pensamento histórico, na ciência da história.

³ Segundo Rüsen, “a racionalidade cognitiva no caso do pensamento histórico não pode ser isolada de uma racionalidade política e de uma estética.” (RÜSEN, 2001, p.151).

Outro aspecto da teoria de Jörn Rüsen merecedor de relevo é a forma como repulsa posições teóricas extremadas e absolutizantes que, para ele, emperram o desenvolvimento da história enquanto disciplina especializada. Em sua perspectiva teórica, o modelo de conhecimento histórico que tinha o objetivismo como critério norteador da cientificidade da história acabou por ofuscar as dimensões valorativa e estética desse conhecimento ao centrar-se somente nos métodos de pesquisa. Opondo-se a essa herança estritamente objetivista, Rüsen se debruça sobre a complexa relação entre ciência da história e vida humana, assumindo o papel preponderante que a vida prática, tanto dos historiadores, quanto do público interessado em história, apresenta para a constituição do conhecimento histórico.

Logo, para viabilizar a reflexão sobre os princípios do conhecimento histórico a partir do conceito “rüseniano” de matriz disciplinar⁴, estruturei o presente artigo em três tópicos: no primeiro, o qual intitulei de “*As dimensões de orientação da ciência da história*”, analiso como o pensamento histórico está ligado intimamente à problemática do sentido na vida humana, à medida que emerge de um contexto de demandas por orientação, situadas na vida atual e se dirige a um público destinatário, também sedento por orientação ante ao fluxo do tempo; no segundo, denominado de “*Perspectivas orientadoras e métodos de pesquisa segundo Jörn Rüsen*”, reflito sobre a forma como esse historiador alemão articula o segundo e o terceiro princípios da matriz disciplinar, as perspectivas orientadoras e métodos de pesquisa, procedimentos estes que, na história como ciência, são essenciais, pois conferem à experiência humana do passado o *status* de histórica; e no último, intitulado de “*A dimensão estético-retórica da ciência da história*”, discuto como Rüsen incorpora o debate narrativista para a concepção da matriz disciplinar, dando um espaço privilegiado à análise dos aspectos que circundam o ato de se escrever história.

As dimensões de orientação da ciência da história

Enquanto seres imersos em um mundo cultural, os homens precisam agir e o requisito da ação é que nela residam intenções. A ação humana no mundo se realiza, então, mediante a interpretação que o homem constrói de si mesmo e do universo que o circunda: ele se coloca para além do que ele e o seu grupo são no presente imediato, estabelecendo um quadro

⁴ Esse exercício teórico realizei em minha dissertação de mestrado intitulada de “O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacín sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen”, defendida no ano de 2006, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e de seu mundo, para poder agir no decurso temporal:

A consciência histórica está fundada nesta ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão (RÜSEN, 2001, p. 57).

O pensamento histórico, então, consiste na tarefa realizada pelos homens de olharem e voltarem ao passado, a fim de poderem ir à frente em seu agir, tornando o futuro esperável. Esse resgate do passado pela lembrança histórica possibilita que sejam clarificados efeitos dele no presente e, ao mesmo tempo, estimula uma extensão da consciência subjetiva da historicidade, pela qual o agir e o sofrer humanos se deixam orientar. Rüsen salienta que, esse exercício de rememoração do passado, tipicamente humano, mesmo sendo realizado no presente, não significa que o homem esteve ou está consciente da historicidade desse passado. A falta de consciência desse lastro temporal entre passado e presente, ou seja, a presença “tácita” do passado no presente, é o que ele definiu como tradição. Tradição é, segundo o próprio:

uma espécie de pré-história da consciência histórica, ou seja, um fato elementar e genérico da consciência, anterior à distinção entre experiência e interpretação. Na tradição, o passado ainda não é, enquanto tal, consciente, nem inserido, com o presente e o futuro, no conjunto complexo de uma “história” (RÜSEN, 2001, p. 76).

Em determinados contextos culturais, a tradição orienta o agir humano de forma que o homem se pauta em um passado que se oferece a ser lembrado e considerado sem o trabalho interpretativo da consciência histórica. Nessa pré-história da consciência histórica, as dimensões temporais do passado, presente e futuro não são distinguidas, mas relacionadas umas às outras. Conforme Rüsen, a história constitui-se, justamente, no procedimento intelectual em que se toma ciência não só dessa presença “tácita” do passado no presente, mas também da existência de um lastro temporal entre essas dimensões. “O passado, imediatamente presente na tradição, não só passa a ser visto como passado, como também passa a ser questionado quanto à sustentabilidade do que é dito, sobre ele, na tradição” (RÜSEN, 2001, p. 102). É por intermédio da crítica da tradição, pela consciência histórica, que o passado é encarado como passado, e se torna consciente de sua presença ativa no quadro de referência de orientação da vida prática atual. Ao assentar intenções à experiência do tempo, a consciência histórica apreende cognitivamente as tradições, decompondo-as, de forma que o caráter de eternidade que nelas repousam possa ser delineado por uma face essencialmente histórica.

Vivendo a experiência no tempo como mudança de si mesmo e do mundo, o homem busca, continuamente, realizar suas intenções em um tempo que se opõe a ele, que se converte em obstáculo ao agir, o “tempo natural”. Opondo-se a esse tempo, pode-se caracterizar o “tempo humano”, “aquele em que as intenções e as diretrizes do agir são elaboradas e formuladas como um processo temporal organizado da vida humana prática” (RÜSEN, 2001, p. 60). O tempo humano, para Rösen, apresenta-se “como intenção de um fluxo temporal determinante das condições vitais que tem influência sobre o agir humano que projeta, na medida em que os agentes querem afirmar a si mesmos mediante o agir, e lograr reconhecimento” (RÜSEN, 2001, p. 60).

A constituição da consciência histórica consiste, exatamente, na interpretação da experiência do tempo com respeito à intenção quanto ao tempo, podendo ser descrita como a transformação intelectual do tempo natural em tempo humano. Assim, o homem, nesse processo de transformação, procura não se perder diante das mudanças de seu mundo e de si mesmo. Esse trabalho se concretiza na forma de interpretações das experiências do tempo, do que se projeta para além das condições e circunstâncias dadas da vida, para que o agir e o sofrer humano possam ser orientados. Nesse trabalho executado pela consciência histórica, há um “superávit de intencionalidade” (RÜSEN, 2001, p. 57), que possibilita não só o desempenho racional do agir e sofrer humano, como também apontar para um horizonte de expectativas, à medida que conecta intenções quanto ao tempo à experiência do tempo.

A consciência histórica está, pois, enraizada na historicidade inerente à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso. Portanto, a historicidade é própria da condição existencial humana. O que muda são as formas de apreensão dessa historicidade, ou, segundo Rösen, as perspectivas de atribuição de sentido à experiência temporal.

Como um fenômeno intrínseco à condição humana, o pensar histórico se torna algo cotidiano e inseparavelmente ligado ao fato de estar no mundo. “Antes de ser cultural ou opcional, a base do pensamento histórico é natural: nascimento, vida, morte, são estruturas que oferecem aos seres humanos a noção do fluxo temporal” (ASSIS, 2004, p.68). E para não se perderem ante a esse fluxo do tempo, os homens, no presente, visitam o passado, como forma de atribuir sentido à sua vida e tornar o futuro esperável. Daí decorre a ligação entre pensamento histórico e a problemática do sentido na vida humana, relação essa que ocupa lugar privilegiado nas reflexões teóricas de Rösen. Logo, se a operação executada pela

consciência história assenta intenções à experiência, ela se revela como “*uma constituição do sentido da experiência do tempo*, pois orienta a determinação de sentido no mundo e a auto-interpretação do homem e de seu mundo” (RÜSEN, 2001, p. 59).

Carente por orientação diante da experiência do passar do tempo, o homem busca, constantemente, respostas às demandas de sentido advindas da vida prática atual. O pensamento histórico surge como resposta a essas carências, pois consiste numa forma de interpretação do mundo humano em que o passado é chamado à tona para esclarecer o presente e tornar o futuro esperável. Enquanto uma modalidade do pensamento histórico, a ciência da história também realiza o trabalho de orientação da vida prática, o que significa, a priori, uma rememoração do sentido do passado. Esse exercício de lembrar, embora resulte numa reconstrução do passado sob a forma de uma história para o presente, não é uma atividade na qual a livre criação da subjetividade humana se manifeste com total autonomia. No pensamento histórico, as carências de orientação exalam toda a atualidade das histórias, tornando qualquer conhecimento histórico subordinado aos contextos de orientação dos ambientes culturais em que é produzido e aos quais se destina.

É preciso ressaltar que, conforme Rösen, a ciência da história, enquanto uma modalidade do pensamento histórico, apresenta especificidades fundamentais. Em geral, as operações narrativas do pensamento histórico revestem-se da necessidade de garantir a verdade de cada história narrada, isto é, a verdade daquilo que se diz sobre o passado a que se referem. No entanto, a narrativa histórica, em sua versão científica, apresenta como singularidade, não o fato de pretender a verdade, mas sim o modo como reivindica a verdade. Para assegurar esse potencial orientador, o pensamento histórico, na história como ciência, deve garantir suas pretensões de validade a partir de seus graus de pertinência empírica, normativa e narrativa:

Histórias empiricamente pertinentes garantem a relação do pensamento histórico com a experiência do passado. Histórias normativamente pertinentes garantem a relação do pensamento histórico com as normas vigentes na vida prática de seus destinatários. Histórias narrativamente pertinentes garantem a relação do pensamento histórico com a constituição de sentido de seus destinatários, à medida que, conectando fatos a normas, possibilitam orientação no fluxo do tempo. Na ciência da história, os âmbitos empírico, normativo e narrativo fazem a relação do pensamento histórico com a experiência do passado aparecer sob o signo da pesquisa histórica, o que caracteriza sua regulação metódica (RÜSEN, 2001, p. 91-92).

Dentro dessa perspectiva, outro diferenciador do pensamento histórico, na ciência da história, é que, em sua constituição metódica, pretende-se garantir a validade da mesma enquanto ciência. A ciência da história comporta em si uma pretensão comunicativa que se fundamenta por meio de um conjunto de regras metódicas aglutinadas na ideia de pesquisa

histórica. Cientificidade na história, para Rüsen, não diz respeito a uma adequação do pensamento histórico a uma concepção a priori e geral do que seja a ciência, mas ao ajustamento a um padrão intersubjetivo das formas de dirigir a pesquisa histórica e de empreender a fundamentação da narrativa sobre seus resultados. Ciência entendida no sentido mais amplo do termo, “como a suma das operações intelectuais reguladas metodicamente, mediante as quais se pode obter conhecimento com pretensões seguras de validade” (RÜSEN, 2001, p. 85).

Rüsen realça ainda que, como uma prática disciplinar executada no âmbito do conhecimento acadêmico, o pensamento histórico, em sua versão científica, converteu-se na mais apurada, complexa e especializada forma de interpretação histórica do passado. Essa potencialidade da ciência da história acabou por desfazer a crença segura na validade das narrativas históricas. Segundo Rüsen, “o modo científico do pensamento histórico possibilitou a passagem de uma certeza insegura para uma certa insegurança” (RÜSEN, 2001, p. 104). Certeza insegura se refere às narrativas que, de forma autoritária, garantem não ter dúvida quanto à sua pertinência empírica. Certa insegurança diz respeito ao estado do conhecimento histórico de ter plena consciência da relatividade de seu conteúdo empírico, isto é, da existência da dúvida quanto a sua validade. Isso porque suas esferas normativa e empírica podem conduzir a novos interesses sobre o passado, a novas pesquisas sobre a experiência do tempo, resultando, muitas vezes, na superação daquele conhecimento produzido.

Considerando, então, que as histórias estão vinculadas ao contexto de demandas por sentido que emerge da vida atual, o trabalho de orientação histórica é fator determinante no pensamento histórico. No conjunto da matriz disciplinar de Rüsen, a orientação histórica, na ciência da história, apresenta-se tanto no início, através das carências de orientação, quanto no fim do processo de construção do conhecimento histórico, por meio das funções orientadoras. Sendo assim, carências de orientação e funções orientadoras constituem dois níveis distintos de orientação, mas intimamente interligados. As carências de orientação presidem o trabalho de reconstrução histórica do passado, tornando os produtos historiográficos vivos para aqueles aos quais se destinam, isto é, possibilitam que o agir e o sofrer humano sejam orientados por tais produtos. Segundo o próprio Rüsen, a partir da concepção de matriz disciplinar, “pode-se identificar onde e como a ciência da história é dependente do contexto prático da vida dos historiadores e do público interessado em história” (RÜSEN, 2001, p. 36).

O primeiro princípio ou fator da matriz disciplinar é formado pelas “carências de orientação”, que se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado. Para se orientarem

no fluxo do tempo, os homens, no presente, buscam assenhorar-se do passado, mediante o conhecimento, para que determinadas carências de orientação sejam satisfeitas. “É esse interesse o ponto de partida do pensamento histórico na vida prática cotidiana, ainda antes de se constituir como ciência” (RÜSEN, 2001, p. 30).

Embora situados no âmbito da vida humana e, não se constituindo, a priori, como conhecimento histórico, esses “interesses” (carências de orientação) mostram-se fundamentais à história como ciência à medida que conduzem ao entrelaçamento entre vida cotidiana e ciência especializada. Essa junção se dá, justamente, no momento em que o pensamento histórico se torna primordial para os homens orientarem suas próprias vidas, instante no qual a compreensão do presente e a projeção do futuro somente seriam viabilizadas com a reconstituição do passado: “A partir dessa carência, é possível constituir a ciência da história, ou seja, torná-la inteligível como resposta a uma questão, como solução de um problema, como satisfação (intelectual) de uma carência (de orientação)” (RÜSEN, 2001, p. 30).

Apesar de consistir na tarefa de buscar o passado, os processos de constituição de sentido, pela consciência histórica, não dizem respeito exclusivamente a esse passado, mas à interdependência entre o passado, presente e futuro, pois só nessa interdependência os homens conseguem orientar sua vida, seus “feitos”, no tempo. Vale ressaltar que a consciência histórica penetra no passado, mas esse impulso de resgate do passado é sempre dado pelas experiências do tempo presente. Sobre o caráter histórico que adquire a experiência humana do passado, Rösen afirma que

nem tudo o que tem a ver com o homem e com seu mundo é história só porque já aconteceu, mas exclusivamente quando se torna presente, como passado, em um processo consciente de rememoração. Afastado da atribuição de sentido pela consciência histórica humana, o passado humano não tem sentido, isto é, não está estruturado na forma de um constructo que possamos compreender como história” (RÜSEN, 2001, p. 68).

Enquanto esforço de rememoração que parte do presente, a construção do conhecimento histórico, conforme Rösen, está intimamente ligada ao problema da orientação da vida humana. Esse conhecimento é tão dependente da esfera normativa dos homens, ou seja, da vida prática humana, que certas asserções sobre o que foi o caso no passado podem ser superadas a partir de modificações ocorridas nessa esfera. Por exemplo, o mundo passa por transformações que demandam novas carências de orientação, novas visões do futuro; logo, um novo recuo ao passado acaba sendo realizado, “a fim de que as novas perspectivas de futuro possam ser garantidas por uma representação de continuidade histórica” (RÜSEN, 2001, p. 81). Por isso, as carências de orientação estabelecem a atualidade das histórias sob o

decalque de uma história para o presente. É da relação existente entre experiências do passado e carência de orientação do presente que emergem os critérios que decidem quanto àqueles, dentro do que foi o caso no passado, que “merecem” vir à superfície da história.

Embora a história, em sua versão científica, esteja revestida da pretensão de exarar o que e como foi o caso no passado, ela também abriga em si funções orientadoras, para que os praticantes desse exercício de reconstrução do passado e o público destinatário não se percam diante da experiência do passar do tempo. Essa forma de elaboração cognitiva da experiência do passado, reconhecida sob a tarja de ciência, realiza uma trajetória que, segundo a matriz disciplinar de Rüsen, vai desde a erupção dessas carências até o desempenho das funções orientadoras como resposta a esse contexto de demandas por sentido. Todavia, nesse trajeto, outros itinerários precisam ser visitados para que a execução do potencial orientador do conhecimento histórico possa ser realizada. É necessário trafegar pela investigação da experiência do passado, situado nas fontes, e pela edificação de representações narrativas embasadas em resultados investigativos, para que o conhecimento histórico retorne ao mundo dos homens com funções didáticas.

Conforme o construto teórico de Rüsen, mesmo que a produção do conhecimento histórico, na ciência da história, parta de carências de orientação do presente sedentas por serem saciadas, não significa que esse conhecimento resulte em orientação somente para o contexto de vida ao qual ele, a priori, foi endereçado. Para garantir a efetividade da orientação, é primordial que a relação entre conhecimento e agir seja estabelecida pelas esferas mais fecundas do conhecimento histórico em sua versão científica, as da pesquisa e da historiografia, e conectadas ao âmbito da recepção dos discursos historiográficos. A “legitimidade social” do conhecimento produzido parte do pressuposto de que o conhecimento histórico está alicerçado em interesses emanados da vida prática. Uma vez teorizados, metodizados e representados em narrativas, esses interesses acabam retornando à vida humana, revestidos de funções de orientação.

Na estrutura da matriz disciplinar de Jörn Rüsen, as funções orientadoras ocupam o quinto e último princípio, pois fundamentam por que é racional fazer história e em que consiste essa racionalidade. Partindo da premissa de que as carências de orientação acendem o pensamento histórico e lhe conferem uma função importante na vida, a pretensão de racionalidade da ciência da história não pode ser fundamentada sem se considerar essa função de orientação.

Absorvendo alguns aspectos da crítica narrativista, Jörn Rüsen agrega aos fundamentos da história como ciência o problema da recepção do conhecimento histórico produzido. Segundo ele, é importante considerar o modo como se dá a recepção do conhecimento histórico, pois é essencial para um bom aproveitamento das potencialidades racionais das histórias elaboradas por historiadores profissionais. A forma adequada de o pensamento histórico realizar a reconexão do saber especializado da ciência à vida prática Rüsen definiu como “formação histórica”. Em suma,

Formação histórica significa o conjunto de competências de interpretação do mundo e de si próprio que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou reforço identitário (RÜSEN, 2007b, p. 95).

Logo, na ciência da história, as funções orientadoras abrem possibilidades de construção e consolidação histórica de identidade, uma vez que orientam intelectualmente o agir a partir da recepção das narrativas históricas. A categoria de sentido torna-se central para se compreender a conexão do pensamento histórico com o contexto cultural que “clama” por orientação. Tal conexão é efetivada através da síntese de experiências do passado, significados do presente e expectativas de futuro em narrativas históricas. Por isso, o sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo:

Construções significativas da continuidade histórica devem ser testadas, por conseguinte, para se saber se e até que ponto o “eu” ou o “nós” a que se destinam vivenciam, por intermédio do sentido das histórias que elaboram, uma consolidação de suas identidades (RÜSEN, 2001, p. 125).

Por seu conteúdo orientador, as histórias auxiliam os homens a amenizarem a ameaça de perda de identidade que permeia o seu agir. À medida que o pensamento histórico adequa a experiência do tempo às intenções quanto ao tempo, possibilita aos homens que, ao recepcionarem as narrativas históricas, compatibilizem o que eles foram com o que eles querem ser. Com o acúmulo de experiências significativas, os sujeitos humanos, na prática das relações sociais com os demais, exprimem quem são, o que querem e o que pensam serem os outros.

É imprescindível salientar que, embora a constituição metódica da ciência da histórica gere certo afastamento do universo da vida prática, esse tipo de ciência é parte integrante desse universo. Portanto, mesmo regulados metodicamente, os produtos historiográficos não perdem sua importância na definição dos conteúdos identitários. Para garantir o potencial racional da ciência da história, é indispensável uma resposta à altura por parte do receptor do

conhecimento histórico, para que tenha um aproveitamento prático do que essa ciência pode proporcionar.

Perspectivas orientadoras e métodos de pesquisa segundo Jörn Rüsen

A história, em sua versão científica, não pretende simplesmente exarar o que e como foi o caso no passado, embora seja fundamental abrigar tal pretensão. A elaboração cognitiva do passado, realizada pela história, abriga em si potencialidades orientadoras para os que praticam esse exercício e para os que recebem o conhecimento produzido. Todavia, para tornar a história válida para efeito de orientação da vida atual, é preciso concretizar outras etapas constituintes do processo de construção do conhecimento histórico: a da pesquisa histórica e a da representação narrativa dessa investigação. Esse tópico se incumbe, justamente, de discutir o segundo e o terceiro princípios da matriz disciplinar: perspectivas orientadoras e métodos de pesquisa.

Segundo Rüsen, as perspectivas orientadoras da experiência do passado formam os fatores pelos quais a experiência do passado se converte em experiência histórica, pois possui a capacidade de historicizar a experiência, que em si mesma não está investida de propriedades históricas.

A decisão sobre os métodos e técnicas de pesquisa acompanha, portanto, as determinações das perspectivas, empregadas por todos os historiadores. Elas constituem, assim, as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história. Elas formam modelos de interpretação para os quais as experiências da evolução temporal do homem e de seu mundo são transpostas e nos quais são integradas (RÜSEN, 2001, p. 32).

Esse segundo princípio da matriz disciplinar Rüsen também denominou de “ideias”, isto é, pontos de vista já constituídos, que atuam no pensamento histórico ordenando a experiência do passado e mediando a transformação narrativa de experiência em sentido que ele processa. “Delas depende o que o historiador já traz consigo, ao formular suas conjecturas e ao interrogar as fontes acerca do que ocorreu no passado” (RÜSEN, 2001, p. 32). O acervo documental deixado pelo passado é manuseado com o auxílio dessas perspectivas que, previamente estabelecidas, dirigem a tarefa de extração de informações e que, ao mesmo tempo, também vão sendo modificadas por elas.

A experiência humana no passado torna-se histórica, então, à medida que se estabeleça uma relação com o quadro de valores de uma sociedade em uma determinada época. Essa relação de significação do passado para o presente se consolida quando o homem volta-se para

o passado com sínteses de experiência e significado capazes de apreender e ordenar a experiência. Sendo assim, as perspectivas de orientação produzem essas sínteses que direcionam o olhar histórico, definindo, na realidade humana infinita do passado, o que deve ser eleito enquanto experiência histórica. Diante dessa infinitude do real, a produção de conhecimento histórico, pretendido pelos historiadores, somente se concretiza quando se secciona aquilo que apresente relevância para a orientação da vida prática no presente. Portanto, fatos não são históricos, tornam-se históricos no momento em que são reconstruídos a partir de sua significação para o universo de valores atuais de uma dada sociedade.

Quando, na ciência da história, tem-se como alvo de pesquisa certo objeto, a “perspectiva” (*Hinsicht*)⁵, segundo Rüsen, é que dirige esse olhar em relação ao passado, isto é, através dessa perspectiva é que a realidade empírica é “cortada” de maneira que determinados interesses cognitivos sejam atendidos. Por isso, as perspectivas orientadoras da experiência do passado constituem-se enquanto elementos fundamentais e intrínsecos ao trabalho cognitivo da história. Ao contrário do que há muito predominou entre os historiadores profissionais, as perspectivas orientadoras não representam uma simples e indevida intervenção de uma subjetividade conhecedora e, por isso, deveriam ser expurgadas por meio do desenvolvimento do método histórico. Mesmo não estando essas perspectivas contidas nas fontes, são elas que presidem o trabalho com as fontes, atividade esta que propicia a extração de conteúdos de uma determinada experiência do passado.

Na ciência da história, as perspectivas de orientação são elaboradas na forma de teorias empiricamente concretizáveis e modificáveis pela pesquisa histórica. A edificação dessas perspectivas orientadoras “requer igualmente que se explicita e fundamente seus princípios determinantes; nada impede, pois, que se chame a respectiva sistematização de “teoria” ou “teórica”. Daí a importância do problema relativo ao papel das teorias no conhecimento histórico. Isso porque as teorias históricas, em que consistem as perspectivas de interpretação na história como ciência, formam hipóteses ou contextos de perguntas com os quais a realidade do passado, tal como inscrita nas fontes, pode ser abordada. No que se refere aos conteúdos de significado e de sentido das histórias, a metodização exige que elas, para que sejam narrativamente pertinentes, submetam-se aos requisitos da *reflexão sobre o referencial*. “Reflexão sobre o referencial” se relaciona à necessidade de explicitação e sistematização das

⁵ Assis apresenta o termo utilizado por Rüsen em *Rekonstruktion der Vergangenheit* (Reconstrução do Passado) para representar a perspectiva na qual a experiência do passado é “recortada” (ASSIS, 2004, p. 40).

perspectivas de interpretação empregadas pelos historiadores em suas reconstruções do passado.

Em tais explicitações, os historiadores usualmente apresentam os referenciais e perspectivas empregadas pelos especialistas precedentes, para a análise dos assuntos de que querem tratar, avaliando, assim, a eficácia empírica e as pertinências normativa e narrativa deles. Essa apresentação costuma fornecer bases para a justificação racional das perspectivas empregadas para a construção das histórias, uma vez que essa justificação só pode ser feita pelo contraste com perspectivas anteriores.

A sedimentação dessas perspectivas teóricas de interpretação é função dos conceitos históricos. No trabalho interpretativo das teorias, os conceitos históricos representam os recursos linguísticos das proposições: “É o material com que são construídas as teorias históricas e constituem o mais importante instrumento linguístico do historiador. Sua formação e utilização decidem se e como o pensamento histórico científico se realiza” (RÜSEN, 2007a, p. 91). Os conceitos históricos, em seu cerne, exprimem a qualidade temporal de estados de coisas do passado humano, entretanto, há conceitos presentes no vocabulário dos historiadores que não são particularmente históricos: “Eles designam, nos estados de coisas, complexos de qualidades que eles têm em comum com outros estados de coisas, independentemente de sua relevância nos processos temporais” (RÜSEN, 2007a, p. 93). Exemplificando essa diferenciação, Rüsen aduz os termos “trabalho”, “economia”, “camponês”, “cidade”, que não são especificamente históricos, mas ao se aditarem os vocábulos “economia da Antiguidade tardia”, “camponês no sistema de servidão da Idade Média”, “cidade como polis antiga”, a qualidade temporal acrescida os torna conceitos históricos.

Segundo o construto teórico de Rüsen, os conceitos históricos medeiam categorias históricas e nomes próprios. Os nomes próprios “designam estados de coisas do passado em sua ocorrência singular; referem-se a eles diretamente, sem precisar sua relevância histórica própria no contexto do processo temporal em que ocorrem” (RÜSEN, 2007a, p. 93). Trata-se de denominações lingüísticas subsumidas ao estado de coisas nas fontes. Napoleão III, Prússia, Roma, o Partido Progressista, são exemplos sublinhados por Rüsen. Já as categorias históricas não se referem

diretamente a nenhum estado de coisas, mas estabelecem a qualidade histórica da mudança temporal dos estados de coisas. [...] essa qualidade não é conferida aos estados de coisas pelas fontes, mas é-lhes atribuída pela atividade cognitiva dos historiadores (RÜSEN, 2007a, p. 93).

Continuidade, progresso, desenvolvimento, evolução, época são modelos de categorias históricas. Portanto, ao mediar categorias históricas e nomes próprios, os conceitos históricos

designam nos estados de coisas referidos por nomes próprios, as qualidades históricas pré-esboçadas pelas categorias históricas. Eles introduzem a realidade temporal dos estados de coisas designados pelas categorias. Em relação às categorias históricas, eles possuem uma função particularizante e, em relação aos nomes próprios, uma função generalizante (RÜSEN, 2007a, p. 94)

Distanciando-se da antiga concepção de apartar a reflexão teórica da prática histórica, Rüsen escava a profunda interdependência entre o trabalho interpretativo das perspectivas orientadoras (teorias históricas) e os procedimentos da pesquisa empírica. Sua definição de pesquisa histórica chancela esse posicionamento: “pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano” (RÜSEN, 2007a, p. 104). “Perspectivas orientadoras” e “métodos de pesquisa” “reconstroem o passado”⁶, pois são os princípios da “matriz disciplinar” que, na história como ciência, conferem à experiência humana do passado o *status* de histórica. As perspectivas orientadoras têm a capacidade de “historizar” a experiência do passado, que em si não está investida de propriedades históricas. Essa experiência se torna histórica à medida que se estabelece uma relação com o quadro de valores atuais de uma sociedade em uma determinada época. Enquanto esses modelos de interpretação (“perspectivas orientadoras”) dirigem o olhar sobre o passado, tornando a experiência humana histórica, os métodos de pesquisa medeiam a investigação do que foi e como foi o caso no passado, de forma que alguns critérios de cientificidade, no pensamento histórico, sejam alcançados.

Apesar de ter pretendido desenvolver o segundo princípio da matriz disciplinar da teoria de Rüsen (“as perspectivas orientadoras”), fora inevitável, por diversas vezes, abordar o terceiro princípio dessa matriz, que consiste nos “métodos da pesquisa empírica”. Inevitável porque, na concepção de Rüsen, os métodos não são concebidos ou desenvolvidos independentes das perspectivas orientadoras em que o passado humano aparece como história.

Os métodos de pesquisa empírica consistem no exercício de investigação da experiência concreta do passado. É esse processo de efetivação metódica que constitui o que se entende como história enquanto especialidade científica. A pesquisa (como processo de obtenção de fatos sobre o passado) não pode ser pensada sem essas carências de orientação, mas produz resultados que vão bem além delas. Os fatos obtidos pela pesquisa seriam, todavia,

⁶ Uma alusão ao título da obra *Reconstrução do passado*.

pura e simplesmente sem sentido e significado se não fossem obtidos como fatos destinados à transformação em histórias, isto é, em memórias indispensáveis à vida.

As histórias que se baseiam em pesquisa apresentam o passado humano como um constructo de fatos que pode ser superado, a todo instante, por novas pesquisas, apesar de que o senso comum espera um saber definitivo quando é a ciência que fala. Para Rüsen, isso é um belo sonho, pois as histórias não são contadas de uma vez por todas, para toda eternidade, mas surgem sempre em função de determinados problemas de orientação temporal, de específicas épocas ou de determinados homens.

Apesar dessa pluralidade de leituras do passado que a história propicia⁷, a regulação metódica possibilita uma relação intersubjetiva entre os historiadores, que buscam uma argumentação formadora de consenso. Por isso, a metodização no trato da experiência do passado é um componente da ciência da história a qual nenhum historiador pode negligenciar.

É perfeitamente possível, de acordo com Rüsen, falar em unidade de método quando se consideram algumas etapas primordiais na construção do conhecimento histórico. Primeiramente, a elaboração da pergunta histórica, realizada a partir de carências de orientação advindas da vida prática atual; posteriormente, a formulação de uma pergunta histórica dirigida às fontes, das quais se extraem os conteúdos necessários para a resposta; e finalmente, lapidar os conteúdos extraídos das fontes de forma que respondam à pergunta histórica, a qual, por estar vinculada às carências de orientação, pode ser útil na orientação da vida prática humana. Assim, a metodização inerente ao pensamento histórico, na história como ciência, acaba conduzindo a um conhecimento histórico universalmente válido, pois seu conteúdo empírico, seu significado e seu sentido estão particularmente fundamentados. Produz conhecimento válido, mas também provisório. Isso porque, mesmo a pesquisa garantindo o conteúdo empírico das histórias, não significa que se construiu um conhecimento acabado, definitivo. Essas histórias são sempre relativas a outras que poderão surgir com o decurso temporal da vida humana, o que não invalida o conteúdo delas. Demonstra que, como seres culturais, imersos em determinados universos simbólicos, é preciso assumir que novos critérios de sentido aparecem e aparecerão, o que modifica substancialmente as expectativas de orientação que emanam da vida humana. Novas buscas por sentido acarretam um novo olhar sobre a experiência do passado. Essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa, de

⁷ De acordo com Rüsen, “a pluralidade de pontos de vista e de perspectivas não deve ser considerada um entrave à objetividade, mas sua realização no que diz respeito às necessidades da coerência prática, ou seja, à qualidade da narrativa histórica que lhe confere plausibilidade quanto à função prática que ela tem na orientação cultural da vida concreta” (RÜSEN, 1996, p. 97).

que resultam, por sua vez, novas formas de apresentar esse passado, que estariam, por assim dizer, em condição de exercer as funções requisitadas por esses atuais interesses.

De acordo com Rüsen, a metodização, entendida enquanto suma das operações destinadas a validar o conhecimento histórico a ser exarado pela historiografia, é que intermedeia a relação entre a subjetividade conhecedora e a experiência humana do passado, legada pelas fontes. Sobre essa relevância dos métodos de pesquisa para a ciência da história, Rüsen afirma que

as histórias tornam-se científicas, com respeito à sua pertinência empírica, pois suas narrativas obedecem às regras da pesquisa histórica. Essas regras submetem o pensamento histórico à obrigação de tornar o conteúdo empírico das histórias controlável, ampliável, e garantível pela experiência. A história como ciência produz, com essa metodização da relação com a experiência, um progresso constante do conhecimento (RÜSEN, 2001, p. 108).

O método histórico, então, constitui-se no conjunto das regras abstratas que presidem essa exploração do material das fontes, desempenhadas na etapa da pesquisa histórica. Na metódica de Rüsen, a pesquisa histórica abrange três operações metodológicas fundamentais: a heurística, a crítica e a interpretação.

A heurística é o primeiro procedimento a ser realizado durante a pesquisa histórica. Nessa fase, o historiador opera, de forma sistemática, a coleta, junção e classificação das fontes significativas, além de analisar o manancial de informações que essas fontes podem ofertar. A exploração desse potencial informativo das fontes está relacionada à pergunta histórica e à formulação de hipótese sobre esse material legado pelo passado. Por isso, a heurística não consiste somente no ato de buscar as fontes, mas em avaliar se as mesmas oferecem informações satisfatórias para a resposta ao questionamento histórico realizado e para a solução do problema histórico que está posto:

Heurística é a operação metódica da pesquisa, que relaciona questões históricas, intersubjetivas e controláveis, a testemunhos empíricos do passado, que reúne, examina e classifica as informações das fontes relevantes para responder às questões, e que avalia o conteúdo informativo das fontes. Com essa operação são reguladas metodicamente as hipóteses de sentido (teoricamente explicáveis) do pensamento histórico, que abrem o acesso às informações das fontes (RÜSEN, 2007a, p. 118).

A segunda operação processual é a crítica das fontes, procedimento da pesquisa histórica no qual se garimpam as informações sobre o passado. Segundo Rüsen,

[...] é a operação metódica que extrai, intersubjetiva e controlavelmente, informações das manifestações do passado humano acerca do que foi o caso. O conteúdo dessas informações são fatos ou dados: algo foi o caso em determinado lugar e tempo (RÜSEN, 2007a, p. 123)

Em suma, é nessa operação que se realiza uma análise dos dados históricos sobre a facticidade da ação humana no passado, orientando-se por critérios de plausibilidade do potencial informativo das fontes:

A crítica das fontes é o ponto fucral da objetividade histórica (no sentido de “objetividade de fundamentação”. Ela leva a proposições históricas que, por força de sua referência à experiência metodicamente regulada, valem empírica e intersubjetivamente. É com essa garantia de princípio (metódica) da pretensão de validade que o conhecimento histórico científico se diferencia do não-científico, relativamente a seu conteúdo factual (RÜSEN, 2007a, p. 122-123).

Já na interpretação, busca-se o exame das informações levantadas sobre as experiências do passado através da crítica das fontes. À medida que essas informações são retiradas das fontes e rearranjadas, a interpretação possibilita a formação de produtos narrativos que servem de fios condutores do trabalho de representação histórica. Nesses fios condutores interpretativos são produzidas as perspectivas heurísticamente direcionadas sobre a experiência do passado, na forma de questionamentos históricos. Por conseguinte, a interpretação constitui-se no primeiro passo para se elevarem os dados passados à condição de fatos históricos, pois rearranja os fatos conforme as perspectivas orientadoras sobre o passado.

Na interpretação como operação da pesquisa, o que interessa é sintetizar as perspectivas, elaboradas heurísticamente, que questionam a experiência do passado a partir das conjecturas acerca de seu sentido, com os fatos do passado, obtidos pela crítica das fontes. Nesse processo, as carências de orientação no presente e as suposições de sentido alimentadas pelo saber histórico acumulado são concretizadas como teorias históricas empiricamente consistentes. Nele são ainda historicizadas as informações das fontes cuja facticidade está garantida; isto é: são articuladas com outras informações de fontes e um conjunto temporal plausível (RÜSEN, 2007a, p. 127-128).

Conforme a metódica de Rüsen, as operações processuais da pesquisa (heurística, crítica e interpretação) consistem em regras que são, sobretudo, procedimentais; no entanto, para ele, “o que é e pode ser obtido das experiências do passado como história não é, originalmente, um problema de regras da pesquisa, mas das perspectivas acerca do passado humano” (RÜSEN, 2007a, p. 127). Assim, o trabalho das operações processuais, na pesquisa histórica, é complementado pela intervenção das operações substanciais (hermenêutica, analítica e dialética), que decidem sobre o conteúdo material da pesquisa, referindo-se a diferentes dimensões de autointerpretação dos sujeitos e que estão sistematicamente interligadas.

Na hermenêutica, o questionamento é dirigido às nuances do universo de sentido das experiências do passado, isto é, ao conjunto de manifestações que exteriorizam as intenções dos homens do passado. A atuação da interpretação hermenêutica começa quando o

historiador empresta uma significação ao teor das fontes, nas quais estão impressas as determinações passadas da ação humana e o próprio autoentendimento dos historiadores. A hermenêutica significa que o questionamento histórico dirigido à factualidade do passado carrega consigo rastros de identidade de sentido:

A interpretação hermenêutica [...] organiza o contexto histórico dos fatos compreensíveis pelo fio condutor da importância que os tornam compreensíveis. Ela historiciza essa compreensão ao interpretar as mudanças temporais como transformações das intenções e interpretações do agir que causa a mudança. Ela interliga os fatos compreensíveis do passado no plano de seu significado para os interessados. Os fatos são interligados pela interpretação, em sua seqüência temporal, como contextos de sentido. A plausibilidade explicativa de uma interpretação hermenêutica vive da naturalidade com que se pode explicar o agir mediante indicação de seus motivos (intenções) determinantes (RÜSEN, 2007a, p. 142).

Na analítica, abordam-se as experiências nas quais o tempo é experimentado como limite definidor das possibilidades do agir. Nessa operação, o tempo aparece como tempo natural, pois as fontes são indagadas não naquilo que dizem sobre as ações a que se referem, mas quanto àquilo que desvelam sobre os fatores de determinação do agir (contexto, circunstâncias) que, direta ou indiretamente, influenciaram as ações por ela referidas:

“Contexto de efeitos” como contraconceito de “contexto de sentido” exprime que se trata de uma representação na qual os processos temporais desenvolvem uma vida própria objetiva com relação a seu significado subjetivo e a suas intervenções intencionais. O tempo histórico produz-se em circunstâncias e condições externas ao agir, de forma tal que sua determinação interna, a maneira, portanto, como os agentes interferem no processo temporal mesmo da organização de sua própria vida, não é decisiva para o próprio processo temporal (RÜSEN, 2007a, p. 147).

E, finalmente, na dialética, as estratégias hermenêutica e analítica são combinadas para que sejam percebidas, na justaposição entre as experiências do tempo humano e do tempo natural, experiências propriamente históricas. Nessa operação, a unilateralidade da hermenêutica ou da analítica é atenuada de forma que se extraiam das fontes tanto a intencionalidade da ação humana quanto o fator de mudanças no tempo, inerentes à experiência humana do passado:

Uma concepção de pesquisa centrada unilateralmente na hermenêutica tende a perguntar heurísticamente pelas intenções que orientam o agir, a levantá-las criticamente das fontes e a interpretar os processos históricos como seqüências de ações e, com isso, explicá-los intencionalmente. Inversamente, a concepção de pesquisa centrada unilateralmente na analítica, tende a perguntar heurísticamente pelas circunstâncias e condições que determinam o agir, a levantá-las das fontes como determinantes sistematizáveis, a interpretar os processos históricos como ocorrências objetivas quase naturalmente necessárias e, como isso, explicá-los nomologicamente. Nos dois casos, há o risco de se perderem a historicidade da experiência histórica e o caráter narrativo das experiências históricas (RÜSEN, 2007a, p. 156).

Rüsen encerra suas considerações reafirmando a importância da pesquisa histórica como etapa primordial para a constituição do conhecimento histórico. Não obstante, pesquisa histórica encarada não como um fim em si mesma, mas interligada a critérios de constituição histórica de sentido que orientam e conduzem a pesquisa para além do trabalho com as fontes. Embora metodicamente regulada, a pesquisa histórica transpõe esse mero trato do passado por meio das fontes, relacionando-se com as perspectivas orientadoras do passado originadas das carências de orientação da vida atual e, portanto, possibilita a construção de um saber linguístico, a historiografia, que abre possibilidades para o futuro. A contribuição rüseniana reside, sobretudo, no tratamento do método não como etapa estanque da elaboração teórica e, muito menos, como investigação transplantada para a historiografia.

Sendo assim, ao conectar método e sentido, a historiografia seria mais do que uma mera narrativa, pois, apesar de constituída por procedimentos de pesquisa e mediada linguisticamente, apresenta uma densa relação com os contextos de orientação da vida humana da qual emerge e à qual se destina. Essa reflexão de Rüsen sobre as formas da historiografia, ou seja, sobre as especificidades da narrativa histórica, bem como acerca das funções do saber histórico (“didática da história”), será tematizada no tópico a seguir. E, para que se compreenda essa mediação entre método e sentido, é necessário que os historiadores assumam a importância da representação narrativa como parte constituinte do conhecimento histórico, pois a conexão entre a experiência humana do passado, extraída a partir da pesquisa, e as demandas por sentido requeridas pela vida humana do presente somente se dá através da narrativa.

A dimensão estético-retórica da ciência da história

Desde a “crítica narrativista”, a relação entre pesquisa e escrita da história vem sendo encarada sob outro prisma. Sob a influência dos trabalhos de Hayden White, considerado o maior expoente do chamado *Linguist Turn*, houve uma espécie de inversão do modo tradicional de conceber o problema da relação entre pesquisa e escrita da história, isto é, o realce da escrita em detrimento da pesquisa. Dentro dessa nova perspectiva, o texto histórico passou a ser considerado um “artefato” linguístico, elaborado segundo princípios literários e ligado unicamente às estruturas da “narrativa”. Para essa corrente, não haveria como representar o passado em sentido epistemológico, pois a realidade humana do passado não mais devia ser pensada como uma referência objetiva, exterior ao discurso, mas constituída

pela e dentro da linguagem. A história passou a ser encarada, desde então, como uma mera construção pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como “narrador”, portanto, epistemologicamente frágil.

Além disso, para a crítica narrativista, “pós-moderna”, haveria uma autonomia da narrativa face aos enunciados singulares nela contidos. A formulação de tais enunciados obedeceria aos resultados da pesquisa empírica, mas a força relativa deles no interior da totalidade narrativa estaria minimizada pela aceitação de que, um mesmo conjunto de tais enunciados, pode ser mobilizado por perspectivas de interpretação diferentes e até mesmo conflitantes. Como resultado dessa “concepção pós-moderna”, decorre uma ênfase na autonomia da narrativa aliada a uma secundarização do papel da pesquisa.

Como já colocado anteriormente, é no interior dessa calorosa discussão que as análises de Rüsen demonstram sua relevância, pois buscou respostas para esse problema da relação entre pesquisa e escrita da história. A atualidade de seu arcabouço teórico se traduz em sua posição teórica equilibrada, em seu posicionamento equânime, em sua análise equivalente sobre a importância dos métodos de pesquisa e da representação narrativa para a constituição do conhecimento histórico, na ciência especializada. Na arquitetura categorial de Rüsen, os pressupostos narrativistas não são rejeitados completamente e sim, em certa medida, incorporados à teoria da história, de forma a reabilitar a idéia de narratividade conectada aos procedimentos metódicos da pesquisa.

Essa visibilidade dada por Rüsen aos aspectos que circundam a escrita da história também pode ser atestada através de seu conceito de matriz disciplinar, no qual o quarto princípio é dedicado à discussão desse fundamento do pensamento histórico. O quarto fator da matriz, “as formas de apresentação”, consiste na etapa em que o conhecimento científico obtido pela pesquisa se exprime na historiografia. Se as histórias são escritas a partir dos resultados da pesquisa, a historiografia deve ser entendida enquanto produto intelectual dos historiadores, um saber redigido. Com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete às carências de orientação de que se originou, pois as histórias sempre são escritas e reescritas, de acordo com o contexto social em que vivem os historiadores e seu público.

Narrar, então, “torna-se uma prática cultural de interpretação do tempo. A plenitude do passado, tornado presente, deve-se a uma atividade intelectual a que chamamos de “história” e que pode ser caracterizada como uma narrativa” (RÜSEN, 2001, p. 149). Entretanto, tão logo se trate de caracterizar seu ofício como científico,

os historiadores distanciam-se de imediato da tese acerca do caráter narrativo dos conhecimentos que produzem, ou que o resultado final que obtêm se exprima em narrativas. Sentem-se provocados pela argumentação que parece colocar seus resultados de pesquisa e sua historiografia no mesmo plano que julgam ultrapassada (a exemplo da grande historiografia narrativa de um Leopold von Ranke). Com todos os instrumentos modernos que desenvolveu (métodos quantitativos, estruturais, sociológicos, etc.), o pensamento histórico afastou-se, e muito, do que se chama comumente de historiografia “narrativa” e que se exemplifica, sobretudo, com a prosa narrativa da historiografia clássica do século XIX” (RÜSEN, 2001, p. 118-119).

Mais do que uma mera narrativa, a historiografia apresenta uma profunda relação com os contextos de orientação da vida humana, pois conecta método a sentido. Ao considerar os procedimentos poéticos que cercam a escrita da história, Rösen se aproxima dos narrativistas, pois pactua com a ideia de que historiografia não se resume em mera agregação de resultados de pesquisa, regulada metodicamente. *Pari passu*, se desvencilha dos narrativistas ao discordar que a historiografia seja puro artefato estético, linguístico, totalmente desvinculado da investigação metódica. Rösen absorve aspectos da crítica narrativista, mas decanta-os. Portanto, a historiografia, apesar de calçada metodicamente, não se resume em facticidade pura, mas abriga em si caracteres poéticos e de cognição, comportando forma e sentido, que estão subsumidos nas definições de planos estético e retórico da historiografia. Para Rösen, a dimensão estética da formatação historiográfica pode ser denominada de “coerência de beleza”, enquanto a dimensão retórica pode ser entendida como “coerência de eficácia”.

Na historiografia, “a dimensão estética da historiografia consiste na inclusão, na formatação do saber histórico, de elementos lingüísticos que se referem às dimensões pré e extracognitivas do saber histórico” (RÜSEN, 2007b, p. 30-31). Os conteúdos cognitivos são elaborados esteticamente de forma a criar nos destinatários do conhecimento, disposição para o agir.

Com esses elementos [lingüísticos], a subjetividade dos destinatários é interpelada no plano em que lida com a força sensorial, simbólica e representativa da relação com o mundo, da auto-expressão e da autocompreensão. Não se trata mais apenas da qualidade literária dos textos historiográficos. A questão está agora na força interpeladora do discurso, na qual, em última instância, também reside a qualidade literária desses textos. Ela torna viável a aptidão a apresentar as constituições de sentido de maneira que suscitem, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido, o que leva à ampliação e ao aprofundamento de sua competência para tanto (RÜSEN, 2007b, p. 31).

Já no plano retórico, o sujeito do conhecimento se incumbe da tarefa de edificar um produto discursivo capaz de embrenhar-se no ambiente lingüístico e cultural da recepção. Na elaboração cognitiva da experiência do passado ocorre uma adequação de linguagem que cimenta a intenção comunicativa e viabiliza a comunicação. Essa adequação de linguagem se

refere à preocupação de comunicar-se com o público a que se destina o texto historiográfico. É o momento da edificação discursiva em que a intenção de efeito sobre o receptor atinge sua elaboração adequada. O discurso produzido pode se infiltrar no âmbito subjetivo do agir, influenciando seu receptor na condução de sua vida e, assim, alterar a ordem do mundo humano.

“Retórica” é toda e qualquer historiografia, uma vez que está sempre determinada pelas intenções de seu autor, dirigidas aos seus destinatários potenciais. Essa intencionalidade pode ser mais bem explicitada: ela se dirige (evidentemente pelos mais diversos graus) de mediação ao ponto da vida humana prática, em que os significados do tempo interpretado exercem uma função de orientação prática da relação dos sujeitos consigo mesmos e com o mundo (RÜSEN, 2007b, p. 35-36).

Apesar de os planos estético e retórico estarem interligados às formas de apresentação, e seu desenvolvimento se dirigir à ligação das narrativas com seu público destinatário, a cognição histórica depende da relação da historiografia com a pesquisa, pois é justamente essa relação que impõe fronteiras ao livre jogo da subjetividade humana, quando se constrói conhecimento histórico. Por conseguinte, ao tematizar o(s) sentido(s) ao(s) qual(is) as formas de apresentação se ligam, Rüsen não partilha da concepção narrativista de que há uma total autonomia da historiografia em relação à pesquisa. A construção de sua tipologia da constituição histórica de sentido tende a realçar tal autonomia, mas, no caso de Rüsen, é uma autonomia de caráter formal, pois mesmo que essa tipologia esteja mais ligada ao potencial orientador das narrativas historiográficas, isso não significa que se desconsidere o fato de elas terem sido baseadas em pesquisa.

Para a caracterização desses “tipos” de constituição histórica de sentido, é preciso compreender que o caráter histórico da narrativa historiográfica configura a forma como o passado é interpretado, através de um constructo próprio denominado “história”, e como essa interpretação passa a ter uma função no universo cultural contemporâneo. Ao “presentificar” o passado, a narrativa historiográfica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado, convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática contemporânea, produzindo, assim, sentido histórico. De acordo com Rüsen, a imensidão de formas possíveis de tornar presente o passado pode ser caracterizada através do conceito de “constituição histórica de sentido” (RÜSEN, 2007b, p. 160). É nesse constructo categorial que se manifesta outra grande contribuição teórica de Rüsen: a edificação de uma tipologia da constituição histórica de sentido por narrativas históricas, as constituições históricas de sentido tradicionais, exemplares, críticas e genéticas.

A chamada constituição tradicional de sentido carrega consigo o princípio da afirmação, pois a mudança temporal é interpretada com a representação de uma duração que se eterniza no tempo, quando são rememoradas as origens das condições atuais da vida. Isso porque a orientação histórica obedece ao imperativo de reconhecer que o agir humano no passado se operou mediante a orientação de tradições, que possibilitaram a esse agir a condição de se afirmar ante as experiências do tempo. Essa permanência no tempo, típica das tradições, refere-se ao princípio da afirmação, tendo em vista que, dentro desses universos simbólicos, afirmam-se conteúdos culturais que transcendem ao tempo e que orientam o agir humano, passado e presente, apagando a noção de historicidade.

Toda orientação histórica da vida humana prática baseia-se no pressuposto incontornável de que a vida humana prática já é orientada, ainda mesmo antes de qualquer constituição narrativa de sentido. [...] Essa circunstância prévia da orientação histórica, como condição da possibilidade da vida humana prática, é a base objetiva e o ponto de partida subjetivo de toda atividade da consciência histórica e de todo entendimento comunicativo dos construtos narrativos de sentido. Pode ser descrita como tradição, como presença pura e simples do passado no presente. Nela, a história está sempre “viva”, como força influente das chances de vida previamente decididas e como apreensão significativa do processo temporal dos atos que fazem a vida humana. [...] Afirmação, como condição necessária da orientação histórica, constitui o topos da narrativa tradicional e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponde. (RÜSEN, 2007b, p. 45).

Na constituição exemplar de sentido, a rememoração da experiência do passado é orientada de forma a confirmar regras práticas da experiência, portadoras de validade geral e atemporal. As narrativas exemplares comportam em si o princípio da regularidade, pois, a partir dos exercícios da rememoração do passado, criam-se regras gerais da experiência histórica, modelos de ação aplicáveis em diferentes contextos, em diversas situações particulares da vida, seguindo a famosa premissa da *Historia magistra vitae*.

Esse critério de sentido distingue-se do critério da afirmação por uma relação mais ampla com a experiência e por um grau mais elevado de abstração. Ele permite que sejam sintetizadas diversas tradições em interpretações unificadas das experiências temporais e que seja estendido significativamente o alcance das experiências históricas relevantes para a orientação. As regularidades são o inventário necessário das interpretações das experiências que influenciam o agir e a capacidade reguladora é um elemento essencial da força da identidade (RÜSEN, 2007b, p. 46).

Na constituição crítica de sentido, o sujeito do conhecimento revela sua diferença ou sua contraposição a outros sujeitos ou situações enunciados pela experiência humana ou por histórias. Segundo Rösen, “é necessário haver orientações históricas, nas quais e com as quais os sujeitos expressem sua diversidade e sua contraposição a outros sujeitos” (RÜSEN, 2007b, p. 46). Caracterizadas pelo princípio da negação, nessas narrativas críticas, as experiências rememoradas são contraexperiências, e sua evocação é capaz de revelar contradições e

inconsistências nos modos habituais de representação do passado. A constituição crítica de sentido amplia e reforça o alcance da orientação histórica, considerando que, em certa medida, rejeita aspectos consolidados tradicionalmente.

Já na constituição genética de sentido, a rememoração da experiência do passado possibilita que a própria mudança temporal seja incorporada como alicerce de uma perspectiva apta para a orientação cultural da vida. Assinaladas pelo princípio da transformação, as narrativas genéticas constituem-se na forma preponderante das narrativas históricas em sua versão científica, pois tornam explícita a historicidade do fluxo temporal. Esse tipo de narrativa, então, constrói os processos de mudança temporal de modo que possam ser compreendidos como gênese do arranjo de circunstâncias materiais e simbólicas em que se dá a vida prática atual.

A mudança temporal deve poder receber uma qualidade de sentido apta a orientar o agir, pois ela não se aquieta no mero sentido guardado na memória e carece de ser significada em si mesma. Isso ocorre mediante o *princípio da transformação*. Por ele, a própria mudança temporal torna-se ponto de vista orientador da vida prática e da formação de identidade (RÜSEN, 2007b, p. 47).

Analisando a dimensão estético-retórica das narrativas historiográficas e, ao mesmo tempo, desenvolvendo a tipologia das constituições históricas de sentido, Rüsen empresta importante contribuição à ciência da história, tendo em vista que o sentido impregnado nessas narrativas e o potencial orientador que elas propiciam são tratados, por ele, como parte constituinte desse tipo de ciência. Assim, a contradição que é posta, principalmente pelos narrativistas, entre método e sentido, é apenas aparente, pois, embora o modo científico de elaboração de argumentos seja estranho à vida cotidiana, esse tipo de argumentação não passa de uma forma de exprimir o conteúdo de sentido da experiência. A busca pelo controle metódico como índice de validação da cientificidade da história não incompatibiliza o papel orientador dessa modalidade de pensamento histórico. Segundo Rüsen, as narrativas historiográficas “sempre estiveram conexas com a racionalidade metódica da pesquisa científica, mas foram desprovidas de seu papel constitutivo no processo de produção de sentido ao lidar com a experiência do passado” (RÜSEN, 1996, p. 93).

Portanto, uma das grandes contribuições da teoria da história de Jörn Rüsen é de, explicitamente, buscar compreender e analisar como os princípios do conhecimento histórico, na ciência da história, estão fincados na vida prática humana, tanto daqueles que produzem esse tipo de conhecimento quanto daqueles que o recebem. A atualidade da postura de Rüsen assenta na forma decisiva como mostrou que a íntima relação entre ciência

especializada e vida prática não significa enfraquecimento ou neutralização dos índices de cientificidade do pensamento histórico; significa assumir que a subjetividade não precisa ser reprimida, e sim ordenada e admitida de forma adequada e compatível com a cientificidade do conhecimento histórico. Contrariamente ao que o objetivismo estreito legou à ciência da história, Rüsen vem demonstrar que a regulação metódica não inviabiliza o trabalho de produção de sentido de que também está revestido o conhecimento histórico. Método e sentido não se excluem, e sim são compatibilizados e tratados como princípios constituintes da ciência da história.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Arthur O. Alfaix. **O que fazem os historiadores quando fazem história? A teoria da história de Jörn Rüsen e Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda.** Brasília, DF, dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2004.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Revista Estudos Históricos**, Trad. Dora Rocha, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

_____. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica.** Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2007a.

_____. **História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2007b.

_____. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.

SILVA, Rogério Chaves da. **O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacín sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen.** Goiânia, GO, dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2006.